

Estabilização e Resiliência das Abordagens Teóricas: O Caso da Teoria Macroeconômica Moderna

Stabilization and Resilience of Theoretical Approaches: The Case of Modern Macroeconomics

Celso Neris Jr.^a 

Resumo: Este trabalho busca discutir, a partir do caso da teoria macroeconômica moderna, alguns elementos explicativos do processo de estabilização das abordagens teóricas na ciência econômica. Ilustrando-se o processo de interação entre as organizações sociais e científicas – que envolve a academia da ciência econômica e suas organizações formais e informais associadas – e as escolhas dos pesquisadores individuais sobre quais teorias utilizar em suas pesquisas, pretende-se mostrar como tais abordagens tornam-se tão assimiladas a essas organizações, que mudanças nas escolhas dos pesquisadores individuais, mesmo após a falha explicativa das teorias, tornam-se um processo difícil (e demorado) de desabituação e desnaturalização. Objetiva-se, além disso, discutir alguns complicadores adicionais, decorrentes da estabilização dos dispositivos teóricos na realidade, que dificultam ainda mais tais mudanças, mantendo-as como escolhas dominantes tanto pelos pesquisadores quanto pelo público que demanda teorias econômicas.

Palavras-chave: Metodologia da Economia. Teoria econômica. Macroeconomia *mainstream*.

Abstract: This paper discuss some explanatory elements of stabilization process of theoretical approaches in economics, using modern macroeconomics as a case study. By illustrating the process of interaction between social science organizations and the choices of individual researchers about which theories they must use, it is intended to show how such approaches are so assimilated in the social science organizations of the economics that changes in the choices of individual researchers, even after explanatory failures, become a difficult process of dishabituating and denaturalization. It also aims to show additional complications, arising from the stabilization of devices from such theoretical approaches that, in fact, make these changes even more difficult. It could even maintain certain theoretical approaches as the dominant choices both by researchers and by the public demanding economic theories.

* O autor agradece os comentários e as sugestões recebidas de Gabriel Mandarino, Luís Baricelo, Rafael Galvão, José Ricardo Fucidji e dos pareceristas anônimos, que ajudaram a melhorar o texto e o pouparam de diversos equívocos.

a Universidade Estadual Paulista (UNESP), Departamento de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGEco). Araraquara, São Paulo, Brasil.

Keywords: Economic methodology. Economic theory. Mainstream macroeconomics.

JEL Classification: B41; A14; E13.

1 Introdução

Este trabalho apresenta e sistematiza alguns elementos que caracterizam o processo de estabilização de abordagens teóricas na ciência econômica. Utilizam-se aqui alguns argumentos oriundos da metodologia da Economia, feitos à luz da recente crise econômica de 2007 a 2008, bem como de autores que se apoiam em elementos institucionais e da sociologia do conhecimento para ilustrar a interação entre as escolhas individuais dos pesquisadores e a organização social e científica, que envolve a academia da ciência econômica e as organizações formais e informais associadas.

O tema da relação entre a teoria econômica e as práticas sociais certamente não é novo. Já na obra de autores como Adam Smith, Karl Marx e John Maynard Keynes é notado o fato de que alguns esquemas conceituais de interpretação e observação se traduziam em políticas econômicas que favoreciam esse ou aquele grupo em detrimento da coletividade. Com isso, este trabalho procura ilustrar um caso particular desse processo de enraizamento na organização social e científica da Economia, buscando nos autores associados à teoria macroeconômica moderna os motivos pelos quais um consenso em torno de um procedimento metodológico e um modelo comum é importante para aqueles que trabalham e demandam abordagens teóricas.¹ A discussão feita por esses autores fornece, ainda, elementos que explicam a dificuldade de substituição de determinadas abordagens, mesmo quando estas estão sob descrença do seu poder explicativo, tanto dentro da academia quanto entre os agentes relevantes que a utilizam. Argumenta-se que a interação dos agentes e teorias na realidade econômica dificultam as mudanças de uma determinada teoria que tem o seu poder explicativo questionado. Por fim, pretende-se mostrar como os autores associados a outras abordagens se dão conta dessa dificuldade em suas críticas. À luz dessas críticas, este trabalho procura discutir alguns motivos que tornaram a teoria macroeconômica moderna, ao menos por um período, resiliente aos pedidos por mudanças.

1 Por teoria macroeconômica moderna (GORDON, 2009, p. 2), entende-se uma abordagem alternativa ao ocaso da síntese neoclássica, das décadas de 1950 e 1960, que foi a teoria dominante até, pelo menos, a crise de 2007-2008. Ela pode ser identificada pela exigência de que as teorias possuam microfundamentos que contenham agentes com racionalidade substantiva e expectativas racionais, pelos modelos de equilíbrio geral dinâmico estocástico (DSGE) e políticas de estabilização que supõem a não neutralidade da moeda no curto prazo. Essa teoria está associada, hoje em dia, às correntes novo-clássica, novo-keynesiana e à nova síntese neoclássica (GOODFRIEND; KING, 1997).

2 Elementos Explicativos da Adoção e da Dificuldade de Mudanças Teóricas

Para discutir a adoção e a dificuldade de mudanças das abordagens teóricas, a interação entre a organização social e científica da Economia e os pesquisadores individuais (ALMEIDA; ANGELI; PONTES, 2017) deve ser investigada.

Basicamente, a organização científica e social envia os sinais sobre quais ideias os pesquisadores individuais devem seguir, ao passo que é resultante da própria atividade dos pesquisadores, conformando um processo de interação. Nessa perspectiva, as ações e os comportamentos dos pesquisadores serão sempre mediados pela herança estrutural (regras, relações e posições sociais) legada pela geração anterior. Ao longo de suas atividades, eles provocam determinadas fissuras na organização científica e social vigente decorrente da detecção de falhas explicativas, de atualizações, ou mesmo, por conta da inadequação dos métodos disponíveis ao objeto de estudo. Essas modificações no presente serão, por sua vez, legadas às gerações futuras. No entanto, essas fissuras podem não ser suficientes para provocar uma ruptura com determinada abordagem teórica pelo fato de que esta pode estar, de tal modo, imbricada nos hábitos de pensamento dos pesquisadores individuais, bem como na realidade que ela descreve, que o custo de sua mudança pode ser considerado relativamente alto.

Nesse sentido, Almeida, Angeli e Pontes (2017, p. 82) argumentam que

[...] the process of an economist's development is not only restricted to the teaching of concepts, theories, and historical data, but also includes the acquisition and introjection of different institutionally defined and manifested mental states (e.g., habits, norms, traditions, cognition, and ethics).

A manifestação de “estados mentais” foi identificada no trabalho de Dequech (2013). Segundo ele, as instituições são “[...] sistemas de regras de comportamento ou de pensamento socialmente compartilhados que possuem alguma recorrência [no tempo] [...]” (DEQUECH, 2013, p. 85). Essa relação entre regras de comportamento e pensamento dos agentes na organização social e científica da Economia é tratada no conceito de instituições da ciência econômica (DEQUECH, 2014). Segundo Dequech (2014), tais instituições moldam os valores e objetivos da prática dos economistas e, como decorrência da natureza dessas instituições, também estão sujeitas à mudança.

As instituições da ciência econômica estão imersas em um sistema social definido por Pagano (2004, p. 252) como “[...] um conjunto de processos estruturados de interação caracterizados por redes, posições internamente relacionadas, com as regras e práticas associadas [...]”. Essa concepção, aplicada à ciência econômica,

possibilita entendê-la como um ambiente de interação de ideias que possui suas regras, convenções e normas, que são tanto balizadoras quanto influenciadoras das atitudes de seus praticantes. Entendê-la como dentro de uma estrutura social permite entender a ciência econômica como enraizada (*embedded*) na realidade social e essa realidade inclui estruturas sociais que são ontologicamente distintas das pessoas e, com isso, influenciam a maneira como estas agem e pensam (PAGANO, 2004).

Do ponto de vista da realidade social, as abordagens teóricas são vistas como uma maneira de diminuir a incerteza do formulador de política (DOW, 2015), de modo que a substituição de teorias que apresentam baixo poder explicativo nem sempre é imediata, sobretudo pela cadeia de relações envolvidas no seu processo de emaranhamento na realidade. É por esse motivo que alguns autores, por exemplo, afirmam que não houve, após a crise econômica de 2007-2008, um substantivo redirecionamento na teoria macroeconômica moderna (VERCELLI, 2011, p. 27).² O que de fato ocorreu, ao invés disso, foram apenas atualizações que não alteraram as hipóteses principais dessa abordagem teórica e, com isso, não provocaram mudanças nos supostos teóricos fundamentais.

À luz dessas breves considerações a respeito da organização social e científica da Economia, discutem-se algumas características do processo de adoção de determinadas teorias por parte dos pesquisadores individuais. Tal processo é fundamental para entender a estabilização de uma abordagem teórica. Sem a intenção de exaurir os argumentos relacionados, assume-se que essas características podem ser divididas em quatro aspectos, basicamente: as escolhas são (a) pré-determinadas por uma visão particular (*ex ante*) da realidade; (b) socialmente mediadas; (c) influenciadas pela posição *mainstream*; e (d) reforçadas pela sua instrumentalização na realidade de uma abordagem teórica. Embora, para fins de exposição, essas características sejam tratadas separadamente, argumenta-se que elas se reforçam mutuamente e, por vezes, confundindo-se de tal modo que tornam uma abordagem teórica difícil de ser substituída em determinado contexto.

2.1 Visão Particular da Realidade

A ideia de que a ciência evolui a partir da manutenção e substituição de paradigmas implica, no âmbito acadêmico, que os estudantes aprendem a partir de seus professores, orientadores, etc., podendo ter com eles moderadas discor-

2 Opta-se aqui pelo termo “teoria macroeconômica moderna” e não teoria macroeconômica *mainstream*, como fazem os autores críticos, para que o argumento deste texto possa ser compreendido adequadamente. A teoria macroeconômica moderna é uma abordagem *mainstream*, conforme será definido posteriormente, pois foi criada, aprimorada e sistematizada no âmbito da ciência econômica por um grupo social *mainstream*. Nesse sentido, os termos são intercambiáveis, mas, como concluir-se-á, existem tempos diferentes entre mudanças de abordagens teóricas, a partir de suas falhas explicativas, e a perda da dominância de determinados grupos sociais que se valem destas abordagens.

dâncias (BADDELEY; CURTIS; WOOD, 2004, p. 12). Quer dizer, o paradigma é um artefato bem resolvido no qual os pesquisadores se ancoram para a consecução de suas pesquisas e que são transmitidos para novas gerações, podendo sempre ser melhorados a partir das críticas feitas a ele, até que, em uma situação de esgotamento explicativo, seja substituído (KUHN, 1970). Essa ancoragem a uma abordagem dominante é explicada por Michelle Baddeley (2015, p. 903-904) a partir dos trabalhos, no âmbito da economia comportamental, de David Kahneman e Amos Tversky.

Segundo Baddeley (2015), esses autores identificaram categorias de vieses associados com as heurísticas de ancoragem e de ajustamento. É razoável supor que os indivíduos muitas vezes ancoram seus julgamentos em um ponto de referência, que pode ser uma opinião corrente, opiniões expressivas de pesquisadores líderes, ou mesmo, algum outro formador de opinião. As heurísticas de ajustamento estão relacionadas com o viés de confirmação, isto é, as pessoas tendem a interpretar evidências a partir de suas noções pré-concebidas de como o mundo funciona. Nesse caso, as crenças são *path dependent*, isto é, surgem de acordo com outras concebidas anteriormente. E os lugares nos quais, bem como a maneira como, essas crenças são concebidas possuem importância fundamental.

Por exemplo, Baddeley (2013, p. 39) destaca o caso das opiniões dos economistas a respeito da saída para a crise econômica de 2007-2008, um fenômeno que desafiava o paradigma estabelecido e cujas soluções eram incertas. De um lado, havia economistas contra a redução do déficit fiscal e, de outro lado, aqueles que eram favoráveis à ampliação do déficit com a justificativa de que ajudaria a recuperar a atividade econômica. Essas opiniões estavam de acordo com o espectro político no qual se situavam esses economistas. No entanto, a crise afetava os países de maneira diferente e exigia abordagens específicas. A polarização do debate, o apego a uma postura que refletia um consenso de grupo, ou mesmo uma posição ideológica assumida por parte de alguns economistas, eram prejudiciais às soluções que poderiam ser desenvolvidas e, ademais, de maneira geral, pouco contribuíam para evitar o agravamento dos problemas estruturais já existentes em alguns países.

Nesse sentido, como Schumpeter (1954, p. 41, 42, 561, 562) ressalta, as análises dos economistas normalmente se originam de suas visões pré-concebidas de mundo. Schumpeter afirma que o esforço analítico é direcionado por um ato cognitivo pré-analítico, que ele chama de visão (por vezes, nomeia também de concepção). Para ele, o trabalho analítico se inicia com o material fornecido pela visão acerca das coisas, sendo ideológica por definição. As regras de procedimentos que são aplicadas a um trabalho analítico são também influenciadas pela ideologia e sujeitas, tal como a visão, aos vieses dos analistas. Estes vieses na atividade intelectual podem, ainda, ser amplificados e transmitidos pelo ambiente social do qual eles fazem parte.

2.2 Mediação Social

Demonstrando um mecanismo de reforço não intencional de determinadas teorias, Elster (2009, p. 22) diz que, além de mecanismos no nível individual, tais como o desejo de rigor, prestígio e recompensa, ou a inclinação ao pensamento agradável (*wishful-thinking*) e ao autoengano, a persistência de uma determinada abordagem teórica (mesmo com baixo poder explicativo da realidade) pode ser considerada um fenômeno coletivo e, com isso, mantido por mecanismos de interação social. Elster discute dois mecanismos nesse sentido, a coerção mental (*mind-binding*) e a ignorância pluralística (*pluralistic ignorance*) (ELSTER, 2009, p. 19). A coerção mental relaciona-se à continuação de determinada prática individual, em um ambiente coletivo, pelo fato de que não há incentivos para se desviar unilateralmente dela. Ignorância pluralística é tratada por Elster (2009, p. 21), em seu caso mais extremo, como sendo a situação em que nenhum membro de uma comunidade científica acredita na proposição *P* ou defende o valor *V*, mas cada um acredita que todos os outros mantêm a crença em *P* e defendem o valor *V*.

Essas considerações reforçam o caráter socialmente mediado de uma determinada abordagem teórica. Almeida, Angeli e Pontes (2017) dizem que o produto da pesquisa individual é um ato social, uma vez que a formação desse pesquisador está imersa em uma estrutura social e institucional e a comunidade científica da qual ele faz parte, obviamente, a influencia. Isso implica que a figura do pesquisador isolado é claramente não desejável dentro de uma comunidade acadêmica. Além disso, suas atividades de pesquisa podem denotar tanto sua predileção teórica quanto sua participação dentro da academia. Isto é, a participação nos “processos estruturados de interação” (PAGANO, 2004) se dá por meio dos produtos dos pesquisadores individuais, que, por sua vez, pressupõem a escolha de uma abordagem teórica para fazerem suas pesquisas e apresentá-las. Nas palavras de Almeida, Angeli e Pontes (2017, p. 81):

[...] the academic community continually evaluates research products on the basis of each researcher's career [...] to become available to others and/or the public – e.g., defense of a thesis, selection for the presentation of articles in seminars or scientific meetings, and especially, evaluation by a scientific journal for publication.

Isso quer dizer que os indivíduos devem apresentar seus produtos de pesquisa em uma ampla gama de canais, que, por sua vez, podem estar dominados ou não por certas abordagens teóricas. Para que seus trabalhos sejam aceitos, muitas vezes os pesquisadores devem estar em consonância com a posição teórica desses canais, à exceção dos casos em que estes sejam abertamente plurais.³ Nisso,

3 Ver em Fernandez (2011) um tratamento metodológico a respeito da importância do pluralismo

a influência das posições dominantes possui peso fundamental sobre as escolhas teóricas, estejam os pesquisadores conscientes ou não disso.

2.3 Influência da Mainstream

Uma vez que estão socialmente imersos, Michelle Baddeley (2013, p. 39) discute algumas influências na formação da opinião dos acadêmicos. Dentre elas, os jovens pesquisadores podem instintivamente imitar seus supervisores e mentores, uma vez que estão condicionados a respeitar a sua autoridade. Ainda, na presença de incerteza, há certo conforto em se conformar às visões prevalecentes em comunidades acadêmicas particulares.

Baddeley, Curtis e Wood (2004, p. 13-14) sugerem que analogias da biologia evolucionária podem explicar a formação de crenças em um determinado contexto. Para os propósitos deste trabalho, tais analogias podem ser aplicadas às abordagens teóricas dominantes em uma comunidade acadêmica. Tendo como base Anderson (1998), Baddeley, Curtis e Wood (2004), afirmam que genes (ideias) bem-sucedidos sobrevivem (são lembrados) e reproduzidos (são transmitidos) de forma eficaz quando: (a) mapeiam de forma eficaz as estruturas cognitivas humanas; (b) incorporam uma estrutura de decisão padronizada; e (c) são reforçados por membros dominantes da comunidade científica (BADDELEY; CURTIS; WOOD, 2004, p. 14). Em uma analogia com a organização social e científica da Economia, pode se dizer que uma abordagem bem-sucedida é aquela que: (a) adota suposições amplamente aceitas; (b) possui um modo padronizado sobre como fazer as coisas (isto é, uma linguagem comum); e (c) é reforçada pelos praticantes que estão nas melhores posições acadêmicas.

Tendo sido destacadas as características das abordagens, convém discutir o que caracteriza os grupos que se valem delas. O que tem sido correntemente debatido na literatura a respeito de posições dominantes é o entendimento de uma posição *mainstream*. Aqui, destaca-se a proposta de Dequech (2007, p. 281), que divide a ciência econômica em categorias sociológicas compreendendo *mainstream* e não *mainstream*. De acordo com o autor, “[...] mainstream economics is that which is taught in the most prestigious universities and colleges, gets published in the most prestigious journals, receives funds from the most important research foundations, and wins the most prestigious awards [...]” (DEQUECH, 2007, p. 281).

Isto é, *mainstream* é um conceito que se aplica a um contexto e período específico, o que implica que podem coexistir mais de uma abordagem *mainstream* na ciência econômica. Adequando a discussão aqui proposta, para além dos muros das universidades – ambientes de pesquisas formais (institutos, organizações) e os mecanismos de veiculação do produto de trabalho dos pesquisadores –, é razoável

como forma de que diferentes vozes tenham a oportunidade de se manifestar.

supor que o reforço de uma posição, de determinado grupo social *mainstream*, também se dá pelo maior enraizamento na realidade que sua abordagem teórica possui.

Quanto mais imersa – por meio de modelos utilizados para formulação de políticas, pela participação de economistas de uma determinada corrente nos governos, etc.–, mais difícil é a mudança de uma determinada *mainstream*. Com isso, essa posição é reforçada pelos próprios pesquisadores da ciência econômica, como também por aqueles que se utilizam dessas teorias.⁴

Assim, tanto os pesquisadores em Economia serão influenciados, na sua formação e nas suas atividades, por aquilo que é *mainstream*, quanto os tomadores de decisão política desejarão, mais facilmente, utilizarem-se de teorias prestigiadas (contanto que sejam, ao menos aparentemente, práticas). Nesse sentido, Heise (2014) afirma que ser *mainstream* é considerado uma situação desejável por todas as abordagens teóricas, pois é também marca de pensamento maduro. Dentre outras vantagens, do ponto de vista da organização social e científica da Economia, o processo de estabilização de uma abordagem teórica reduz a incerteza sobre a teoria adequada a ser adotada e, por conseguinte, garante oportunidades que podem favorecer tanto aqueles que a veiculam, quanto aos que pretendem uma posição de relevância dentro da academia.

2.4 Instrumentalização da Realidade

Para entender a instrumentalização da realidade por parte da teoria econômica, primeiro precisa-se destacar a posição que a ciência econômica ocupa entre as ciências sociais. Segundo Fourcade, Ollion e Algar (2015, p. 91), a ciência econômica

[...] occupies a unique position among academic disciplines. It is characterized by far-reaching scientific claims linked to the use of formal methods; the tight management of the discipline from the top down; high market demand for services, particularly from powerful and wealthy parties; and high compensation [...].

Essa posição singular foi discutida anteriormente por Hirschman e Berman (2014). Os autores destacam a posição institucional ocupada pelos economistas

4 A perspectiva adotada aqui é próxima à teoria da performatividade, conforme estudada por Callon (2005) e outros autores da sociologia do conhecimento. Segundo Callon (2005), a teoria econômica é capaz de moldar os indivíduos para tornar seu comportamento semelhante ao descrito pela teoria neoclássica. No entanto, faz-se necessário destacar que este trabalho adota uma posição crítica a essa teoria veiculada da maneira que está. Dentre outras coisas, essa perspectiva confere exagerado poder à abordagem neoclássica e, além disso, adota-se aqui uma abordagem interativa da performatividade (BRISSET, 2016; FUCIDJI; ALMEIDA; NERIS JR., 2016; DAVIS, 2017), na qual a teoria macroeconômica moderna é capaz de afetar, influenciar e criar dispositivos que reforçam sua dominância na ciência econômica.

nas organizações de redes de formulações políticas, na qual eles podem ser tanto tomadores de decisões de política econômica, quanto também oferecerem assessoria aos políticos que as tomam (HIRSCHMAN; BERMAN, 2014, p. 792-794). Isto é, os economistas predominam nas organizações internacionais (por exemplo, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) munidos de prestígio e influência, e, por esse motivo, a teoria que é dominante no interior da disciplina também pode influenciar as políticas que afetam a realidade social. Nesse sentido, Robert Nelson (1987) argumenta que uma das principais funções do economista no setor público é dar legitimidade a certas ideias e abordagens adotadas.

Ademais, a ciência econômica estabelece dispositivos que afetam cognitivamente os indivíduos. No que concerne aos dispositivos de política econômica, por exemplo, Hirschman e Berman (2014) argumentam que se tratam de ferramentas que auxiliam aqueles que fazem política (*policymakers*) a tomarem decisões econômicas. Existe um elo entre a teoria e a realidade, por meio desses dispositivos, que são, por sua vez, divididos em dois tipos, dispositivos de interpretação (*devices for seeing*) e dispositivos de escolha (*devices for choosing*) (HIRSCHMAN; BERMAN, 2014, p. 796-800). Os primeiros são aqueles que produzem números e categorias que permitem às pessoas perceberem o mundo de uma maneira nova ou mais nítida. Os formuladores de políticas deparam-se tanto com informações incompletas quanto com muita informação e, confrontados como uma vasta gama de opções, contam com alguns artifícios para estreitar seu campo de visão, de maneira a tornar possível a ação.

Dispositivos de escolha, por sua vez, estabelecem procedimentos formais e racionais para a tomada de decisão (HIRSCHMAN; BERMAN, 2014). Na medida em que os economistas e seu conhecimento desempenham papel fundamental na construção de tais dispositivos e estes possuem efeitos também cognitivos, a ciência econômica possui influência sobre a realidade.

Com isso, argumenta-se que a estabilização de um dispositivo de política econômica implica também na estabilização de uma determinada abordagem teórica, ou mesmo, de um suposto de uma determinada teoria. Dessa maneira, embora o conhecimento possa avançar no âmbito acadêmico, as abordagens teóricas, que alcançam certa autonomia fora dos muros da academia, podem continuar a exercer influência na realidade.

A influência dos economistas no nível do discurso (de modo verbal, quando dão entrevistas, palestras ou consultorias) é tanto maior quanto mais embasada em uma abordagem teórica estabilizada, fruto de um consenso no interior da disciplina, uma vez que esta possui os instrumentos necessários a serem acionados na realidade. Embora se reconheça que os economistas dissidentes de um determinado consenso também podem influenciar a economia no nível do discurso, admite-se que a legitimidade de suas falas é oriunda do seu prestígio individual – associa-

do a alguma premiação por suas teorias, reconhecimento institucional, ou mesmo, por um histórico que lhe é favorável. Porém, quando se leva em consideração as características discutidas aqui, essas posições são pouco capazes de provocar mudanças significativas, de maneira imediata, caso não estejam em concordância com os dispositivos teóricos já imersos, de maneira prática, na realidade.

3 A Visão de Alguns Macroeconomistas a respeito da Estabilização de uma Abordagem

O que se segue é uma discussão a respeito da estabilização de uma abordagem teórica na macroeconomia que é conhecida como a nova síntese neoclássica o novo consenso macroeconômico. Não é do interesse deste trabalho fazer uma análise exaustiva das dificuldades inerentes às teorias tratadas, tampouco dos problemas que levaram os macroeconomistas a escolherem uma ou outra opção. Busca-se mostrar aqui os motivos apresentados, por alguns autores relevantes, a respeito do consenso necessário para a estabilização da teoria macroeconômica moderna como a abordagem comum para as flutuações econômicas no final da década de 1990 e nos anos 2000. Para alguns autores, é evidente o papel de um consenso em torno de um procedimento metodológico que seria base tanto para os economistas, no âmbito prático e teórico, quanto para os formuladores de política. Com isso, pretende-se enriquecer a discussão a respeito do processo de adoção e a resiliência de determinadas teorias, a partir da articulação das características ressaltadas na seção anterior.

3.1 No Âmbito Acadêmico: da Desordem Intelectual ao Consenso

Na década de 1970, Robert Hall (1976) simplificou de maneira muito genérica a teoria macroeconômica do período em duas escolas de pensamento, a saber, a economia novo-clássica (incluindo posteriormente a teoria dos ciclos econômicos reais), com economistas da Universidade de Chicago, Carnegie-Mellon, Rochester e Minesota (*freshwater schools*) e a escola keynesiana, cujos economistas estariam nucleados em Harvard, Berkeley, MIT, Princeton, Stanford, UCLA e Yale (*saltwater schools*). Embora se trate de uma simplificação, essa sistematização permite localizar institucionalmente a origem dessas escolas de pensamento que protagonizaram amplos debates nas décadas de 1970 e 1980 a respeito de qual abordagem deveria ser utilizada após as falhas explicativas da síntese neoclássica.⁵

5 Para uma análise de história do pensamento econômico, de maneira aprofundada, consultar Snowdon e Vane (2005), Vroey (2016) e Renault (2018).

Tratam-se de universidades consideradas berços e residências de diversos grupos *mainstream* na ciência econômica.

Nos anos 1970 e 1980, a macroeconomia foi retratada como um campo em desordem intelectual, de acordo com Goodfriend e King (1997). Segundo eles, uma medida dessa desordem poderia ser dada pelas diferenças entre os modelos desenvolvidos pelos novo-clássicos, que lançam mão da hipótese de preços flexíveis e cujo corolário é o de que a política monetária não possui importância, e os modelos de rigidezes de preços desenvolvidos pelos novo-keynesianos, segundo os quais a política monetária era vista como fundamental para a estabilização da atividade real (GOODFRIEND; KING, 1997, p. 231). Tais desavenças teóricas geravam uma dificuldade quando era necessário aconselhar os tomadores de decisões a respeito de suas escolhas de política econômica. Este é um argumento pela necessidade de se buscar um consenso.

Uma nova síntese neoclássica foi responsável por acalmar tal desordem. O poder dessa síntese está na complementariedade dos componentes novo-keynesianos e novo-clássicos, que só são compatíveis em razão da confiança compartilhada em torno de uma determinada abordagem microeconômica (GOODFRIEND; KING, 1997, p. 256). Metodologicamente, a nova síntese envolvia a sistemática aplicação da otimização intertemporal e das expectativas racionais (GOODFRIEND; KING, 1997, p. 232).

De acordo com Goodfriend e King (1997, p. 232), “[...] há novos microfundamentos dinâmicos para a teoria macroeconômica [...]”. Dinâmicos, necessário ressaltar, estava relacionado à abordagem de equilíbrio geral que havia sido aceita, amplamente, tanto pelos novo-keynesianos quanto pelos novo-clássicos. Particularmente, nessa nova síntese, os métodos comuns eram implementados em modelos compactos e flexíveis, para a pesquisa acadêmica, até os desenvolvidos, pelo Federal Reserve Board (FED), que faziam uso da hipótese de expectativas racionais (GOODFRIEND; KING, 1997).

Ao comentar o trabalho de Goodfriend e King (1997), Olivier Blanchard (1997b, p. 289) endossa tanto a revisão da história da teoria macroeconômica feita por eles, quanto resalta as características dos modelos construídos. Dentre estas características, está o fato de que tais modelos eram articulados e possuíam uma utilidade potencial em mostrar uma série de aplicações monetárias. Sintetizando, Blanchard afirma que pensar as flutuações de curto prazo (a teoria dos ciclos econômicos) depende de, ao menos, três ingredientes. O primeiro é a otimização intertemporal, que está relacionada diretamente como os consumidores pensam seus gastos (não apenas pela observação de sua renda corrente, mas também sua renda futura) e sobre quanto é decidido a ser investido pelas firmas (não só pela percepção do lucro corrente, como também do lucro futuro). O segundo ingrediente são as rigidezes nominais. Segundo Blanchard (1997b), seria muito mais

fácil e elegante se os modelos macroeconômicos não lançassem mão da hipótese de rigidezes nominais, mas, infelizmente, a realidade é que elas existem. Por fim, os mercados de bens, de trabalho e de crédito não funcionam sob concorrência perfeita, portanto o terceiro ingrediente é a competição imperfeita. Segundo Blanchard (1997b), colocar os três ingredientes juntos e entender sua interação é difícil, mas é isso o que define a atividade dos macroeconomistas.

A partir de Blanchard, o que se nota é que cada um dos três ingredientes está obviamente relacionado ao nível do comportamento individual dos agentes e das firmas – o microeconômico – que são considerados de maneira agregada por intermédio da multiplicação dos n agentes da economia. Essa ideia de agente representativo, que foi criticada por alguns macroeconomistas novo-keynesianos, aparentemente teve de ser assumida em prol de um consenso em torno de uma abordagem macroeconômica comum.

As diferenças mantidas, segundo Blanchard (1997b), são os diferentes pesos que os macroeconomistas dão aos ingredientes nos seus modelos (otimização intertemporal, rigidez nominal e competição imperfeita). Ainda assim, os macroeconomistas viviam em um mesmo mundo, caracterizado por Blanchard como um triângulo: no topo, está o modelo de Ramsey-Prescott com sua ênfase na escolha intertemporal; no canto inferior esquerdo, está o modelo de Taylor e sua ênfase na rigidez nominal; e no canto inferior direito, está o modelo de Akerlof-Yellen com seu foco nas imperfeições nos mercados de trabalho e de bens. De acordo com Blanchard (1997b, p. 290), a maioria dos macroeconomistas viviam em algum lugar desse triângulo. O termo “a maioria de nós”, utilizado por ele, denota a ideia de que se há quem discorde, evidentemente trata-se de uma minoria, o que, interpreta-se aqui, sugere a celebração do triunfo de uma determinada abordagem teórica sobre outras de sua época.

Na conferência da American Economic Association (AEA) – uma das, senão a mais, prestigiada conferência de economistas do mundo –, Olivier Blanchard, bem como outros macroeconomistas como Robert Solow, John Taylor, Martin Eichenbaum e Alan Blinder, deveriam responder a seguinte pergunta: “*Is there a core of usable macroeconomics?*”. A resposta afirmativa de Blanchard foi publicada na *American Economic Review*. Segundo Blanchard (1997a, p. 244), no curto prazo, os movimentos da atividade econômica são dominados por movimentos no lado da demanda agregada e, ao longo do tempo, a economia tende a retornar a um caminho de crescimento estacionário (*steady-state growth path*).

Nessa conferência da AEA, conforme Duarte (2012), a maioria dos economistas presentes concordava não apenas com alguns elementos que estão implícitos ou explícitos nos “[...] modelos de equilíbrio geral dinâmico com expectativas racionais e um agente representativo [...]”, senão com a maioria dos princípios centrais de tal núcleo (DUARTE, 2012, p. 209). De posse dessa informação e à luz do triângulo

de Blanchard, é possível observar que a prática macroeconômica começou a ser circunscrita a um campo específico, indicando que os macroeconomistas deveriam possuir preferências teóricas a partir do triângulo mencionado. Ao invés de expandir tal triângulo e transformá-lo em um poliedro, por exemplo, os macroeconomistas que viviam em seu interior possuíam suas próprias listas de melhorias (DUARTE, 2012, p. 215). Os dois campos, clássico e keynesiano, negociavam argumentos teóricos à luz do acréscimo da evidência empírica. Desse modo, negociações só poderiam acontecer entre aqueles que falassem a mesma linguagem e compartilhassem “elementos metodológicos comuns” (DUARTE, 2012, p. 209-210).

3.2 No âmbito da Realidade: um Modelo Comum e a Política Econômica

A partir de alguns autores afinados com esse consenso, destacam-se alguns elementos metodológicos comuns que permitiram a construção de um modelo igualmente comum e possibilitaram sua utilização, no âmbito da academia, como guia de pesquisa individual e, no âmbito da realidade, como instrumento de auxílio às políticas econômicas. Isso reforça os elementos para além dos muros das universidades que estabelecem a posição de uma teoria econômica como *mainstream* e, além disso, a dificuldade de mudá-la como tal.

Zovache (2004) afirmou que a teoria dos ciclos econômicos poderia ser explicada a partir de um referencial metodológico caracterizado por fundamentos microeconômicos da macroeconomia e que existe uma aceitação universal de uma metodologia que deve ser construída a partir de tais princípios. Ainda segundo Zovache (2004), o modelo macroeconômico que sucedeu o modelo IS-LM (da síntese neoclássica) estava em harmonia com preceitos fundamentais da microeconomia (neo)clássica e é por esse motivo que a definição de microfundamentos seria, naquele momento, “[...] mais rigorosa do que tinha sido no passado [...]” (ZOVACHE, 2004, p. 98). Segundo Mishkin (2007, p. 16-17), o foco sobre agentes econômicos otimizadores direcionou os esforços de modelização da economia por parte dos bancos centrais não somente de posse das expectativas racionais, mas também baseados em “microfundamentos seguros”.

Um benefício a respeito da convergência a uma metodologia comum, nesse contexto, fica claro a partir de Zovache e Mishkin, qual seja o de que a construção de um modelo comum permite a construção de instrumentos de análise de política econômica utilizados por governos e bancos centrais pelo mundo. Seguindo a interpretação desenvolvida por este trabalho, isso reforça o caráter *mainstream* da teoria desenvolvida. Existiu uma aceitação universal, tanto no âmbito da academia quanto daqueles que trabalham com política econômica, de princípios rigorosos e seguros consubstanciados nessa abordagem teórica.

O modelo consensual utilizado em tal abordagem é o modelo de equilíbrio geral dinâmico estocástico (*dynamic stochastic general equilibrium* – DSGE). Esse modelo não só explica a evolução do produto potencial ao longo do tempo, como o considera um fenômeno principalmente do lado da oferta, além de considerar os desvios ineficientes e de curto prazo do nível natural (o nível alcançado caso os preços fossem flexíveis) da produção que surgem como consequência da rigidez de salários e preços (DUARTE, 2012, p. 210).

A existência de um modelo geral resolveu dois problemas, um do âmbito da academia e outro a respeito do impacto na economia. Mishikin (2007, p. 1), por exemplo, argumentou que um núcleo utilizável na teoria macroeconômica permitiu a possibilidade de prescrições de políticas comuns. Sua experiência como membro do FED, de 2006 a 2008, levou-o a afirmar que os maiores avanços, em termos de teoria monetária, foram feitos após a política monetária passar a refletir a aplicação de um conjunto básico de princípios científicos. Isso se deu após a resolução das batalhas na academia, como ressalta Blanchard (2009, p. 2):

[...] after the explosion (in both the positive and negative meaning of the word) of the field in the 1970s, there has been enormous progress and substantial convergence. For a while – too long a while – the field looked like a battlefield. Researchers split in different directions, mostly ignoring each other, or else engaging in bitter fights and controversies. Over time however, largely because facts have a way of not going away, a largely shared vision both of fluctuations and of methodology has emerged. Not everything is fine. Like all revolutions, this one has come with the destruction of some knowledge, and suffers from extremism, herding, and fashion. But none of this is deadly. The state of macro is good [...].

Nesse sentido, as posições vigorosamente defendidas no passado tiveram de ser revistas em face de novos argumentos e experiência apresentadas pelo consenso: não era mais possível negar os fatos. Se não poderiam ser negados, pois eles não desapareciam, a visão amplamente partilhada não necessitaria ser substituída: ao contrário, ela ainda seria um guia para a ação dos economistas, admitindo-se melhorias constantes por meio do seu uso. É pela resolução dessa batalha, por meio do compartilhamento de uma metodologia comum, que o estado da abordagem macroeconômica foi considerado “bom” por Blanchard (2009), mesmo após os eventos da crise econômica de 2007-2008.

Argumentos e experiências podem ser mostrados na interação entre teoria e política econômica por parte dos economistas que argumentavam pelo consenso. Particularmente, a respeito dos desenvolvimentos na teoria macroeconômica, Goodfriend (2007, p. 59) afirma que:

[...] one reason the Federal Reserve began to talk openly about interest rate policy in 1994 was that academic economists had begun to do so. Indeed, thinking about monetary policy as interest rate policy is one of the hallmark's of the new consensus that has made possible increasingly fruitful interaction between academics and central bankers [...].

Essa frase deixa implícito o fato de que tal interação demanda que acadêmicos e presidentes de bancos centrais do mundo afora deveriam possuir a mesma linguagem e, quiçá, os mesmos objetivos. Esses objetivos, no entanto, poderiam não ser os mais adequados aos anseios do conjunto da sociedade. Isso levanta o questionamento a respeito de que, por vezes, a bem-sucedida propaganda de uma determinada visão consensual, no interior da ciência econômica, pode garantir a manutenção de algumas políticas econômicas, mais do que a capacidade que estas possuem em atender às necessidades da população que as demandam.⁶

3.3 Mantendo a Abordagem Teórica após as Falhas Explicativas

Ao ser instado a se manifestar sobre a política monetária após a crise econômica de 2007-8, Mishikin (2011, p. 32) afirmou que a estratégia de política monetária ainda continuaria a ser aquela decorrente dos nove princípios consubstanciados na nova síntese neoclássica. Segundo Mishikin (2011), tais princípios não foram invalidados pelos acontecimentos da crise e, por conta disso, essa abordagem de política monetária permanece igualmente válida.

Em um *working paper* do MIT publicado apenas três semanas antes do colapso do Lehman Brothers, em setembro de 2008, Blanchard, então economista chefe do FMI, embora reconhecesse as falhas, possuía uma visão muito positiva dos modelos DSGE. Em suas palavras:

[...] DSGE models have become ubiquitous. Dozens of teams of researchers are involved in their construction. Nearly every central bank has one, or wants to have one. They are used to evaluate policy rules, to do conditional forecasting, or even sometimes to do actual forecasting (BLANCHARD, 2009, p. 24).

Mais recentemente, Blanchard ressalta que tais modelos eram tão aceitos que, para relembrar do que tratavam, ironizou: “[...] para aqueles que não são macroeconomistas, ou para aqueles macroeconomistas que viveram em uma ilha deserta nos últimos 20 anos, aqui há uma breve lembrança [...]” (BLANCHARD, 2016, p. 1).

Em linhas gerais, tanto a discussão de Mishikin quanto a de Blanchard no pós-crise reforçam suas crenças e possuem uma intenção declarada em preservar

6 Colander (2005) menciona que um *survey* realizado no começo dos anos 2000 descobriu que 77% dos estudantes de graduação em ciência econômica acreditam que ela é a mais científica das ciências sociais.

a abordagem e um grupo social vinculado à teoria macroeconômica moderna. Desfazer-se dela traz como prejuízo, além de um dano à visão da realidade dominante, a perda de uma forma consensual de instrumentalizar a realidade. É por esse motivo que se reforça a teoria econômica como uma ciência segura e inabalável, do ponto de vista acadêmico. Essa é uma estratégia que também atende tanto aos propósitos de minorar a incerteza dos pesquisadores individuais acerca de suas escolhas, quanto do público que demanda teorias econômicas.⁷

É por essa razão que, diferente do que argumenta Mankiw (2006) em sua divisão entre cientistas puros e engenheiros, não existe cientista puro na ciência econômica, pois as abordagens que se estabilizam na organização social e científica influenciam (instrumentalizam) a visão do público acerca dos problemas econômicos, mesmo que este não reconheça isso claramente.

4 Algumas Críticas à Teoria Macroeconômica Moderna

O que segue são algumas críticas de autores que se encontram em posições contrárias à teoria macroeconômica moderna, à luz da discussão da primeira parte deste trabalho, na intenção de mostrar como tais autores percebem e destacam, em suas críticas, as dificuldades de se mudar uma abordagem dominante.

4.1 Previsões e o Controle da Organização Social e Científica da Economia

De acordo com McCombie e Pike (2012), a crise econômica de 2007-2008 expôs as limitações da teoria macroeconômica moderna, assim como a crise econômica de 1929 o fez com a economia pré-keynesiana.

Nesse sentido, um ex-membro do Comitê de Política Monetária do Banco da Inglaterra, Danny Blanchflower, disse que, após a crise econômica de 2007-2008, encontrou “[...] a vanguarda da pesquisa macroeconômica totalmente inadequada para enfrentar os problemas pelos quais temos passado recentemente [...]” (*The Economist*, 2009, tradução nossa). Tal vanguarda também é discutida por Willem Buiters (2009) em um breve texto no blog do *Financial Times*, que trata, dentre outras coisas, da visão de mercados completos das abordagens novo-clássica e novo-keynesiana. Ele afirma que:

7 Gregory Mankiw diz que “[...] despite the enormity of recent events, the principles of economics are largely unchanged. Students still need to learn about the gains from trade, supply and demand, the efficiency properties of market outcomes, and so on. These topics will remain the bread-and-butter of introductory courses. Nonetheless, the teaching of basic economics will need to change in some subtle ways in response to recent events [...]” (*The New York Times*, 23/05/2009).

[...] the typical graduate macroeconomics and monetary economics training received at Anglo-American universities during the past 30 years or so, may have set back by decades serious investigations of aggregate economic behaviour and economic policy-relevant understanding. It was a privately and socially costly waste of time and other resources [...] (BUIITER, 2009).

Embora as críticas não sejam necessariamente novas e muitas análises alternativas estejam sendo desenvolvidas, não parece haver consenso a respeito da maneira como a teoria econômica deveria ser mudada. É esse o espírito do argumento de Dutt (2015), quando afirma que muitos analistas têm sido críticos à teoria macroeconômica moderna por ela ter falhado em reconhecer o início da crise e, ainda, não tê-la previsto com precisão. Além disso, apesar da existência de muitos críticos, tanto dentro quanto fora da disciplina, a incerteza a respeito de qual abordagem adotar implica que muitos críticos estão entrincheirados em seus pontos de vista, enquanto a visão do público em geral continuará a tratar os economistas vinculados a essa abordagem como especialistas (DUTT, 2015, p. 10). Quer dizer, na presença de incerteza acerca de qual abordagem seguir, a solução é permanecer com a abordagem dominante e os formuladores de política continuarão a consultar, evidentemente, os *experts* nessa abordagem.

Não existem muitas diferenças entre a argumentação de Dutt e a dos teóricos associados à teoria macroeconômica moderna, em um primeiro momento, a respeito da necessidade de haver um consenso. Além disso, Dutt parece ir um pouco longe demais sobre a previsão com precisão, pois esse tipo de atividade não seria possível a nenhum ser humano, mesmo que economista. O clamor pela substituição dessa abordagem por outra parece também cercado de dificuldades que este trabalho procurou discutir: existem elementos (no âmbito da disciplina e fora) que sustentam tal abordagem na posição em que ela está. Esses elementos estão circunscritos à organização social e científica da economia, como se nota.

Nesse sentido, Dobusch e Kapeller (2012, p. 469) afirmam ser pouco provável uma mudança na *mainstream*, pois existe um mecanismo de reforço dentro da estrutura institucional da disciplina que permite que tal abordagem perpetue o seu domínio paradigmático. Segundo Dobusch e Kapeller (2012), as culturas de educação e de publicação econômica são altamente padronizadas e exibem efeitos de rede positivos que a atual crise deixou, de algum modo, intocados. Isso implica que os axiomas centrais, ou os princípios centrais, da teoria macroeconômica moderna podem ter sido afetados, mas não parecem ter sido contestados.

4.2 Modelos e ao Agente Representativo como Compromisso Teórico

Outra crítica por parte dos economistas críticos à teoria macroeconômica moderna está associada aos modelos DSGE, que ajudam os formuladores de política econômica a escolher entre opções de política alternativas. Tuckett *et al.* (2015) afirmam que, embora tais modelos sejam altamente complexos e matemáticos, repousam sobre o pressuposto de que todo o comportamento de uma economia deva ser modelado, no nível macro, com base nas ações de um agente representativo que está no nível micro. Após a crise econômica de 2007-2008, os modelos foram ampliados para permitir mais de um agente, mas continuam com suas premissas fundamentais sobre aquilo que Tuckett *et al.* (2015) consideram ser uma “otimização irrealista”.

Por sua vez, a unicidade que a ciência econômica demonstrou em torno de princípios, como o do agente representativo, implica em situações como a relatada por Alan Kirman (2011). O autor conta que, quando escreveu seu *paper* crítico ao agente representativo em 1992, recebeu uma carta de um jovem professor (possivelmente da UCLA) dizendo que apreciava o ponto de Kirman, mas que, por não conceber outra maneira de publicar, a não ser com modelos baseados no agente representativo, teria que seguir a vida normalmente a fim de ter uma reputação decente e alcançar estabilidade de emprego (*tenure*). Trata-se de um exemplo perfeito de coerção mental, conforme discutida na primeira seção deste trabalho, que pode ser evidenciado pelo trecho da carta enviada pelo aluno:

Dear professor, I really agree with what you said. I think it is intellectually absolutely right. Unfortunately, I am a young macroeconomist who is an assistant professor. I build models based on a representative agent. I know how to do that, and I know how to publish that. And I need to get tenure. Once I have got tenure, maybe I will then be able to turn around and start to think about the sorts of models that do not use the representative agent, but unfortunately, what I think will happen is that by then I will have got into the habit of doing it. I will publish my articles, get a decent reputation, I will get a promotion, and I will probably never think about this again. But anyway, thank you very much for the insight! (KIRMAN, 2011, p. 63).

É necessário ressaltar, no entanto, que os autores associados a esses modelos, em nenhum momento, apresentaram como objetivo mostrar a inadequação dessa suposição por ela ser “pouco realista”. O que é razoável supor é que possuíam um objetivo de, a partir de hipóteses assumidamente irrealistas (FRIEDMAN, 1953), construir e melhorar modelos que simulem o comportamento dos ciclos econômicos.

Nesse sentido, Philip Mirowski (2011, p. 503) aventa a hipótese de que talvez os modelos DSGE tenham sido concebidos numa tentativa de conter todas as coisas provenientes de todos os lados (dos grupos sociais *mainstream* à época): um

compromisso imposto de cima por alguns poucos departamentos de economia prestigiados, ao invés de algo organicamente constituído dentro da disciplina.

Sobre isso, algumas reflexões sociológicas sobre como a crítica de Robert Lucas (1976) minou a síntese neoclássica foram feitas por Mirowski (2011, p. 503-504). Em primeiro lugar, a ideia de consistência foi o que fez com que a macroeconomia e a microeconomia neoclássicas fossem totalmente intercambiáveis. Em segundo lugar, os macroeconomistas confundem ser racional com pensar como um economista. Isso quer dizer que os agentes conhecem o modelo da economia. Uma vez que todos sabem a mesma coisa, para fins práticos do modelo, estes são considerados iguais em aspectos relevantes (por exemplo, preferências). Assim, “[...] o ‘agente representativo’ de fato constitui uma projeção de compromissos profundos da elite existente da ciência econômica ortodoxa [...]” (MIROWSKI, 2011, p. 504).

A partir da crítica de Mirowski (2011), percebe-se a interação de, ao menos, dois aspectos da discussão feita na primeira seção deste trabalho, a saber, a visão particular e a instrumentalização da realidade. Podemos dizer que Mirowski fornece elementos para se avaliar como um grupo social *mainstream* é capaz de garantir, por um tempo considerável, a sua dominação dentro da academia, a partir de um processo continuado de interação entre visões, ideologias e dispositivos oriundos de sua abordagem teórica que estão presentes, em forma de dispositivos, na realidade.

4.3 Políticas Econômicas e Ideologia

As implicações políticas da teoria macroeconômica moderna são particularmente importantes, como salientou Arestis (2009, p. 6-7). Nessa visão, a estabilidade de preços é preponderante e pode ser alcançada por meio da política monetária, já que a inflação é sempre um fenômeno monetário. A despeito disso, um recuo em termos da política econômica foi observado a partir das tentativas de regulação (e intervenção do governo nos sistemas financeiros) e por meio de políticas fiscais e monetárias expansionistas em várias partes do mundo, inclusive nos Estados Unidos, após a crise de 2007-2008.

No entanto, aquilo que Dutt (2015, p. 15) chama de dogma do mercado livre, os temores da inflação, da dívida pública crescente e dos déficits estavam novamente em ascensão no período de sua análise, e o breve interregno de política considerada intervencionista havia recrudescido. Portanto, o recuo intervencionista chancelado pelos economistas associados à teoria macroeconômica moderna foi interpretado, por seus críticos, como algo que possibilitaria a preservação do núcleo utilizável, que pareceu pouco questionado após a crise. Na verdade, Paula e Saraiva (2016) ressaltam que apenas algumas hipóteses auxiliares, fora desse núcleo, foram questionadas.⁸

8 Essa ideia é também defendida por Thomas Palley (2013, p. 193), segundo o qual a macroecono-

Ainda nesse sentido, a teoria macroeconômica moderna também é criticada pela aderência do seu conteúdo teórico a uma ideologia que preconiza restrições à intervenção governamental. Segundo Dow (2015), as forças principais do clamor pela austeridade econômica, que se seguiram às políticas de recuperação da crise econômica, foram inicialmente ideológicas, pois tinham como objetivo a redução do papel do Estado e a proteção do interesse de alguns agentes econômicos. Por sua vez, essas forças estão pautadas na visão de interesse próprio dos indivíduos que dialogam com a visão do agente representativo inerente à teoria macroeconômica moderna, mas não só. Segundo Dow, elas estão associadas ao poder econômico e social no interior da sociedade e, portanto, à capacidade de influenciar “[...] o que é considerado um conhecimento confiável [...]” (DOW, 2015, p. 37).

Portanto, o argumento de Dow aponta mais um elemento da realidade econômica que reforça a posição dominante de uma teoria. Mas, a fim de não se cometer excessos e atribuir a todos os economistas uma mesma crença ideológica (ou uma visão particular da realidade comum, conforme discutido na primeira seção), é razoável acreditar que abordagens teóricas, de um modo geral, a partir de um determinado ponto não pertencem mais aos autores que as ajudaram a se estabilizar.⁹ Isto é, elas se estabilizam e continuam a ser influentes, a despeito de alguns teóricos que participaram de sua construção manifestarem divergências públicas sobre elas.

5 Considerações Finais

Este trabalho buscou fornecer elementos explicativos, a partir do caso da teoria macroeconômica moderna, a respeito do processo de estabilização de determinadas abordagens teóricas e, além disso, como estas ficam tão assimiladas na organização social e científica da Economia e na realidade que eventuais mudanças se tornam um processo difícil de desabituação e desnaturalização. Não se pretende aqui ignorar as diversas críticas internas feitas a essa abordagem, inclusive por atores relevantes e prestigiados que foram ou são associados a ela. Tampouco, ignoram-se os desenvolvimentos de novos modelos alternativos ao DSGE feitos antes, durante e após a crise econômica de 2007-2008. O objetivo deste trabalho foi, ao invés disso, mostrar como existem complicadores adicionais que, embora permitam certos recuos nas políticas econômicas em um primeiro momento, dificultam

mia representada pelo novo consenso macroeconômico apenas “[...] mudou para tudo permanecer como está [...]”.

9 Palley, por exemplo, é mais peremptório. Segundo ele, “[...] neoliberal economics supports the economic and political interests of powerful elites, and those elites have reason to defend it and block change. Even if only subconsciously, professional economists also have a private (utility-maximizing) interest in maintaining neoliberal ideas to the extent that they are intellectually invested in those ideas and their careers have been built on them [...]” (PALLEY, 2013, p. 205).

as mudanças no processo de escolhas dos pesquisadores individuais no interior da academia, mantendo determinadas abordagens teóricas como dominantes.

Pode-se dizer que é mais fácil um recuo em termos de política do que nas escolhas no âmbito dos pesquisadores individuais, por exemplo, por conta dos processos institucionalizados, em um sentido amplo, existentes na organização social e científica da Economia – livros-texto, os canais de divulgação dos trabalhos científicos e os programas de disciplinas, por exemplo –, que fazem com que, mesmo quando uma abordagem teórica experimente perda de credibilidade, ela demore a ser substituída. Essa ideia se aproxima da noção de substituição de paradigmas científicos de Kuhn (1970), quando pensada apenas no âmbito da academia. Este trabalho, no entanto, buscou discutir alguns aspectos de emaranhamento na realidade que a teoria econômica (por sua posição singular dentro das ciências sociais) possui e que dificulta tal substituição. Quer dizer, existem custos e incertezas para se mudar a abordagem teórica dominante por esta já ser guia para as políticas econômicas e possuir dispositivos na realidade habitualmente acionados pelos economistas e aqueles que lidam com a economia.

Alguns comentários críticos à teoria macroeconômica moderna no pós-crise, destacados na seção 4, ilustram sua resiliência. Não se nega o fato de que, por conta das ambições performativas (DAVIS, 2017, p. 530) de grupos *mainstream*, a teoria macroeconômica moderna esteja sendo paulatina e continuamente criticada por outras abordagens teóricas. Os avanços da economia comportamental, por exemplo, cuja crítica é a de que os modelos DSGE não representam adequadamente a complexidade do processo de decisão dos agentes e, por isso, falharam, coloca-se como uma das alternativas possíveis.

Nesse sentido, a perspectiva de Colander, Holt e Rosser (2004, p. 488-489) reforça o argumento deste trabalho. Segundo os autores, a *mainstream* é uma porção crítica que modifica sua porção mais velha e estabilizada. No entanto, caso aconteça, o período que vai da crítica à substituição de uma abordagem teórica é evidentemente de difícil estimativa por conta de seus processos de estabilização e de sua resiliência.

Conforme discutido na seção 4, a teoria macroeconômica moderna foi acusada de falhar em prever a crise, mas o controle da organização social e científica que ela exerce dificulta, muitas vezes retardando, mudanças mais substanciais. O compromisso teórico com o agente representativo – uma aplicação do individualismo metodológico resgatada por Robert Lucas, após o interregno keynesiano da síntese neoclássica – permite a construção de modelos comuns que servem como guias tanto para pesquisadores em Economia, quanto para aqueles que pensam políticas econômicas a partir de modelos.

Por fim, as críticas mostram como as políticas econômicas associadas à teoria macroeconômica moderna recuaram e, com isso, ajudaram a legitimar a preservação de alguns pressupostos desta abordagem. Associou-se isso às questões ide-

ológicas, que por vezes são superestimadas em sua importância, mas que também possuem papel relevante no convencimento a respeito de quais abordagens teóricas devem ser adotadas pelos pesquisadores individuais. Essas críticas evidenciam que, por conta do enraizamento das teorias na realidade, o processo de desnaturalização de uma abordagem teórica não é trivial e envolve, além do contínuo esforço de pesquisa, um convencimento que não está circunscrito apenas à academia da qual os economistas fazem parte.

Referências

ALMEIDA, F.; ANGELI, E.; PONTES, R. An institutional explanation for economists' theoretical and methodological choices. *Review of Political Economy*, v. 29, n. 1, p. 80-92, 2017.

ANDERSON, J. Embracing uncertainty: the interface of bayesian statistics and cognitive psychology. *Conservation Ecology*, v. 2, n. 1, 1998.

ARESTIS, P. New consensus macroeconomics: a critical appraisal. *Cambridge Center for Economic and Public Policy*, WP05-09, p. 6-7, 2009.

BADDELEY, M. Herding, social influence and expert opinion. *Journal of Economic Methodology*, v. 20, n. 1, p. 35-44, 2013.

BADDELEY, M. Herding, social influences and behavioural bias in scientific research. *Embo Reports, Science & Society*, v. 16, n. 8, p. 902-905, 2015.

BADDELEY, M.; CURTIS, A.; WOOD, R. An introduction to prior information derived from probabilistic judgments: elicitation of knowledge, cognitive bias and herding. In: CURTIS, A.; WOOD, R. (eds.) *Geological prior information: informing science and engineering*. London: Geological Society, 2004, p. 13-27. Publicação especial n. 239.

BLANCHARD, O. Is there a core of usable macroeconomics? *American Economic Review, Papers and Proceedings*, v. 87, n. 2, p. 244-246, 1997a.

BLANCHARD, O. Comment on goodfriend and king: 'the new neoclassical synthesis and the role of monetary policy.' *NBER Macroeconomics Annual*, p. 289-293, 1997b.

BLANCHARD, O. The state of macro. *Annual Review of Economics*, v. 1, p. 209-228, 2009.

BLANCHARD, O. Do DSGE models have a future? *Peterson Institute for International Economics (PIIE)*, PB 16-11, 2016.

BRISSET, N. Economics is not always performative: some limits for performativity. *Journal of Economic Methodology*, v. 23, n. 2, p. 160-184, 2016.

BUITER, W. The unfortunate uselessness of most 'state of the art' academic monetary economics. *VoxEU*, 06 mar. 2009. Disponível em: <https://voxeu.org/article/macroeconomics-crisis-irrelevance>. Acesso em: 14 set. 2020.

CALLON, M. Why virtualism paves the way to political impotence: a reply to Daniel Miller's critique of "The Law of the Markets". *Economic Sociology: European Electronic Newsletter*, v. 6, n. 2, p. 3-20, 2005.

COLANDER, D. The making of an economist redux. *Journal of Economic Perspectives*, v. 19, n. 1, p. 175-198, 2005.

COLANDER, D.; HOLT, R.; ROSSER, B. The changing face of mainstream economics. *Review of Political Economy*, v. 16, n. 4, p. 484-499, 2004.

DAVIS, J. B. Is mainstream economics a science bubble? *Review of Political Economy*, v. 29, n. 4, p. 523-538, 2017.

DE PAULA, L. F.; SARAIVA, P. J. A review of the research program of the new consensus macroeconomics: an assessment of the mainstream debate after the us financial crisis. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 9., 2016. São Paulo: AKB, 2016.

DE VROEY, M. *A history of macroeconomics from Keynes to Lucas and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

DEQUECH, D. Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 30, n. 2, p. 279-302, 2007.

DEQUECH, D. Economic institutions: explanations for conformity and room for deviation. *Journal of Institutional Economics*, v. 9, n. 1, p. 81-108, 2013.

DEQUECH, D. The institutions of economics: a first approximation. *Journal of Economic Issues*, v. 48, n. 2, p. 523-532, 2014.

DOBUSCH, L.; KAPPELLER, J. A guide to paradigmatic self-marginalization: lessons for post-keynesian economists. *Review of Political Economy*, v. 24, n. 3, p. 469-487, 2012.

DOW, S. The role of belief in the case for austerity policies. *The Economic and Labour Relations Review*, v. 26, n. 1, p. 29-42, 2015.

DUARTE, P. Not going away? Microfoundations in the making of a new consensus in macroeconomics. In: DUARTE, P.; LIMA, G. (ed.). *Microfoundations reconsidered: the relationship of micro and macroeconomics in historical perspective*. Cheltenham: Edward Elgar, 2012, p. 190-237.

DUTT, A. Uncertainty, power, institutions, and crisis: implications for economic analysis and the future of capitalism. *Review of Keynesian Economics*, v. 3, n. 1, p. 9-28, 2015.

ELSTER, J. Excessive ambitions. *Capitalism and Society*, v. 4, n. 2, p. 1-30, 2009.

FERNANDEZ, R.G. A metodologia como argumento a favor de uma economia pluralista. In: GUILHOTO, J.; DUARTE, P. G.; SILBER, S. (org.). *O Brasil e a ciência econômica em debate*. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 2: O estado da arte em economia, p. 137-152.

FOURCADE, M.; OLLION, E.; ALGAR, Y. The superiority of economists. *Journal of Economic Perspectives*, v. 29, n. 1, p. 89-114, 2015.

FRIEDMAN, M. The methodology of positive economics. In: FRIEDMAN, M. *Essays in positive economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1953. p. 3-43.

FUCIDJI, J; ALMEIDA, R.; NERIS JR., C. Performatividade da ciência econômica: esclarecendo os termos e estabelecendo pontes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA [PROCEEDINGS OF THE 44TH BRAZILIAN ECONOMICS MEETING], 44., 2016. Foz do Iguaçu: ANPEC, 2016.

GOODFRIEND, M. How the world achieved consensus on monetary policy. *Journal of Economic Perspectives*, v. 21, n. 4, p. 47-68, 2007.

GOODFRIEND, M.; KING, R. The new neoclassical synthesis and the role of monetary policy. *NBER Macroeconomics Annual*, v. 12, p. 231-283, 1997.

GORDON, R. Is modern macro or 1978-era macro more relevant to the understanding of the current economic crisis? *NBER Working Paper: Northwestern University: CEPR*, p. 2, 2009.

HALL, R. Notes on the current state of empirical macroeconomics. Unpublished, 1976. Disponível em: <http://www.stanford.edu/~rehall/Notes%20Current%20State%20Empirical%201976.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

HEISE, A. The future of economics in a Lakatos-Bourdieu framework. *International Journal of Political Economy*, v. 43, n. 3, p. 70-93, 2014.

HIRSCHMAN, D.; BERMAN, E. P. Do economists make policies? On the political effects of economics. *Socio-Economic Review*, v. 12, n. 4, p. 779-811, 2014.

KIRMAN, A. The economic entomologist: an interview with Alan Kirman. *Erasmus Journal for Philosophy and Economics*, v. 4, n. 2, p. 42-66, 2011.

KUHN, T. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

MANKIW, N. The macroeconomist as scientist and engineer. *NBER Working Paper*, n. 12349, 2006.

MANKIW, N. That freshman course won't be quite the same. *The New York Times*, 23 maio 2009. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2009/05/24/business/economy/24view.html>. Acesso em: 14 set. 2020.

MCCOMBIE, J.; PIKE, M. No end to the consensus in macroeconomic theory? A methodological inquiry. *American Journal of Economics and Sociology*, v. 72, n. 2, p. 497-528, 2012.

MIROWSKI, P. The spontaneous methodology of orthodoxy, and other economists' afflictions in the Great Recession. In: DAVIS, J.; HANDS, D. (eds.) *The elgar companion to recent economic methodology*. Cheltenham: Edward Elgar, 2011, p. 473-513.

MISHKIN, F. Will monetary policy become more of a science? *NBER Working Paper*, n. 13566, p. 1-17, 2007.

MISHKIN, F. Monetary policy strategy: lessons from the crisis. *NBER Working Paper*, n. 16755, p. 32, 2011.

NELSON, R. The economics profession and the making of public policy. *Journal of Economic Literature*, v. 25, n. 1, p. 49-91, 1987.

PAGANO, U. The economics of institutions and the institutions of economics. In: LEWIS, P. (ed.) *Transforming economics: perspective on the critical realist project*. London: Routledge, 2004, p. 252-267.

PALLEY, T. Gattopardo economics: the crisis and the mainstream response of change that keeps things the same. *European Journal of Economics and Economic Policies: Intervention*, v. 10, n. 2, p. 193-206, 2013.

RENAULT, M. Edmond Malinvaud's criticisms of new classical economics: restoring the rationale of the old keynesians' stance. University of São Paulo: Unpublished manuscript, 2018.

SCHUMPETER, J. A. *History of economic analysis*. Nova York: Oxford University Press, 1954, p. 41-562.

SNOWDON, B; VANE, H. *Modern macroeconomics: its origins, development and current state*. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.

THE monetary-policy maze, *The Economist*, 23 abr 2009. Disponível em: <http://www.economist.com/node/13527329>. Acesso em: 14 set. 2020.

TUCKETT, D.; MANDEL, A.; MANGALAGIU, A.; HINKEL, J.; KATSIKOPOULOS, K.; KIRMAN, A.; MALLERET, T.; MOZETIC, I.; ORMEROD, P.; SMITH, R.; VENTURINI, T.; WILKINSON, A. Uncertainty, decision science, and policy making: a manifesto for a research agenda. *Critical Review: A Journal of Politics and Society*, v. 27, n. 2, p. 1-30, 2015.

VERCELLI, A. Economy and economics: the twin crises. In: BRANCACCIO, E.; FONTANA, G. (ed.). *The global economic crisis: new perspectives on the of economic theory and policy*. London: Routledge, 2011. p. 27-41.

ZOVACHE, A. Towards a 'new neoclassical synthesis'? An analysis of the methodological convergence between new keynesian economics and real business cycle theory. *History of Economic Ideas*, v. 12, n. 1, p. 95-117, 2004.

Autor correspondente:

Celso Neris Jr.

E-mail: cnerisjr@gmail.com

Recebido em: 05/01/2018.

Aceito em: 13/01/2019.

